



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

REQUERIMENTO Nº DE - CPIBETS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos § 2º, V, e § 3º do art. 58 da Constituição Federal, dos arts. 1º e 2º da Lei nº 1.579/1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVITE** do senhor **Nicolao Dino, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC)**, na condição de **ESPECIALISTA**, para prestar depoimento pelos fatos e fundamentos que na sequência serão expostos

JUSTIFICAÇÃO

A justificativa para o presente requerimento de **CONVITE** no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito – CPIBETS se apoia na crescente relevância dos jogos virtuais de apostas online no Brasil, especialmente no que tange às potenciais práticas ilícitas associadas a esse setor. A magnitude dos valores movimentados por essas plataformas de apostas é alarmante, havendo fortes indícios de que tais transações estejam sendo utilizadas para disfarçar operações de lavagem de dinheiro em larga escala.

Aliás, a ausência de transparência e a fragilidade dos mecanismos de controle sobre essas plataformas agravam o risco de que práticas criminosas estejam sendo amplamente facilitadas, exigindo a intervenção do poder legislativo para uma rigorosa análise dos processos financeiros relacionados aos jogos de apostas online, a fim de identificar as falhas nos sistemas de regulação e fiscalização



atualmente vigentes e propor soluções que fortaleçam a capacidade estatal de combater o crime organizado e prevenir a lavagem de dinheiro.

Ressalte-se, outrossim, que, para além do aspecto financeiro, o impacto social e familiar dos jogos de apostas online não pode ser ignorado. Com o aumento exponencial do número de usuários e das quantias envolvidas, cresce a preocupação com o endividamento das famílias brasileiras, a deterioração da saúde mental dos apostadores e os danos à economia doméstica. Há indícios de que esse fenômeno esteja contribuindo para um ciclo vicioso de perdas financeiras e adoecimento psicológico, o que torna ainda mais urgente uma resposta legislativa articulada e robusta.

Nesse contexto, A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) recentemente iniciou uma investigação sobre o impacto das apostas online em pessoas em situação de vulnerabilidade no Brasil, com foco especial nos beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família. A preocupação da PFDC é que essas plataformas de apostas, amplamente acessíveis e promovidas, estejam explorando de forma injusta indivíduos de baixa renda, muitos dos quais recorrem a apostas na esperança de melhorar sua situação financeira, mas acabam se endividando e comprometendo o sustento familiar.

A investigação busca entender o alcance desse problema e verificar se as práticas de marketing e a falta de restrições específicas estão colocando em risco essa população vulnerável. A PFDC examina o papel das plataformas em criar condições que favoreçam a dependência e a compulsão por jogos, bem como a falta de mecanismos de proteção específicos para impedir que os recursos destinados a necessidades básicas, como o Bolsa Família, sejam desviados para apostas. Esta análise poderá servir como base para recomendações de políticas públicas, incluindo possíveis restrições de acesso e campanhas de conscientização voltadas a essa população, visando proteger os direitos e o bem-estar dos mais vulneráveis.



Dessa forma, considera-se que o senhor **Nicolao Dino, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC)**, tem muito a colaborar com os trabalhos desta Comissão. Roga-se, portanto, o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de .

Senador Izalci Lucas
(PL - DF)



Assinado eletronicamente, por Sen. Izalci Lucas

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8825602622>